

IMPrensa FEMINISTA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1970: UM LUGAR DE ENUNCIÇÃO PÚBLICO E LEGÍTIMO DAS MULHERES

Mariana Jafet CESTARI
(Orientadora): Profa.Dra.Mónica Graciela Zoppi-Fontana

RESUMO: Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de iniciação científica¹ “A constituição do discurso feminista - do pós-1975 ao final dos anos 1980”, que trabalha com o discurso veiculado na imprensa alternativa feminista no Brasil. Em especial, são estudados os jornais feministas “Brasil Mulher” (1975-1980) e “Nós Mulheres” (1976-1978), considerados fundadores do projeto feminista brasileiro contemporâneo, quando o feminismo atuou junto aos partidos e forças políticas de esquerda em um contexto de ditadura militar. Neste trabalho são apresentadas e analisadas algumas regularidades deste discurso feminista, sob a perspectiva teórico-analítica da Análise do Discurso materialista.

Palavras-chave: Análise do Discurso, porta-voz, silenciamento, discurso fundador, resistência.

Introdução

Para a historiografia do feminismo, as décadas de 1960 e 1970 marcariam o movimento feminista em diversos países. No Brasil, na década de 1970, a questão da mulher foi lançada por movimentos organizados com repercussão significativa na sociedade e formaram-se grupos e jornais feministas no bojo do movimento contra a ditadura militar.

Neste momento, a maioria das feministas brasileiras é oriunda da esquerda organizada. Como questão central para sua atuação política estava a união do feminismo, da luta democrática e da luta pelo socialismo.

No Brasil, o feminismo contemporâneo assumiu desde o início uma dimensão claramente reivindicatória e transformadora: mudar a situação da mulher implicando mudar a pouco democrática e extremamente desigual sociedade brasileira. O programa das feministas, neste sentido, incluía reivindicações “específicas” (creche, mudanças na legislação da família, etc.) e “gerais” (o fim da ditadura, uma sociedade socializada, etc.) (MORAES, 1996, p.30)

Segundo Cardoso (2004), a imprensa feminista reflete o projeto do movimento feminista brasileiro. Sua primeira geração, de 1974 a 1980, tinha linha editorial voltada para as questões de classe e para as diferenças sociais. A

¹ Este projeto de pesquisa é financiado pelo PIBIC/CNPq.

partir da década de 1980, esta imprensa adquire outras características, com maior ênfase aos temas específicos da mulher e tendência à especialização. Ao propor esta divisão em períodos, a autora faz a ressalva de que não existe uma linha divisória estática entre as duas gerações.

Para Araújo (2000), os jornais feministas funcionavam não somente como porta-vozes das mulheres feministas, mas como organizadores de suas militantes e de sua formulação política. A principal característica destes jornais na década de 1970 era que “afirmava a especificidade da luta feminista, mas procurava articulá-la com a luta mais geral da sociedade brasileira contra a ditadura militar. Insistia na especificidade e não na autonomia.” (p.160)

O feminismo, enquanto movimento social e político, assumiu historicamente diversas formas e diferentes posições ideológicas. O objetivo deste trabalho é apresentar e analisar algumas regularidades do discurso em circulação na imprensa feminista alternativa da década de 1970, por meio do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso materialista.

Condições de Produção, Interdiscurso e Corpus Discursivo

O conceito *condições de produção* ocupa um lugar fundamental na Análise do Discurso. O analista do discurso busca compreender tais condições para a constituição do *corpus discursivo*. Esta compreensão extrapola o lingüístico e envolve a conjuntura sócio-histórica.

Também envolve a existência de *formações imaginárias* em todo o processo discursivo. Essas formações imaginárias são projeções dos lugares sociais nos processos discursivos. Trata-se da relação entre posições dos protagonistas do discurso em que “A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais”, a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social” colocada em jogo nos processos discursivos. “(...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1969, p.82, grifos do autor).

Segundo Pêcheux (1975), os processos discursivos são resultantes da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies lingüísticas que derivam de condições de produção estáveis e homogêneas.

Para Orlandi (2005), é possível considerar as condições de produção em sentido estrito (circunstâncias da enunciação já projetadas como formações imaginárias) e em sentido amplo (inclui-se o contexto sócio-histórico e ideológico enquanto interdiscurso ou memória discursiva).

Desta perspectiva, Mariani (1998) discorre sobre as condições de produção dos sentidos:

As condições de produção dos sentidos estão vinculadas tanto às possibilidades enunciativas dos períodos históricos – reguladores da relação de um sentido com sentidos anteriores, com os sentidos não-ditos e com um ‘futuro dos sentidos’ – quanto àquilo que falha, que desloca sentidos. (p.28)

Quais foram as condições que propiciaram o discurso feminista?

Em sentido amplo, as condições de produção do discurso feminista brasileiro remetem às movimentações do feminismo em diversos países do mundo e no Brasil, à conjuntura de ditadura militar no país, com a supressão de uma série de direitos constitucionais, e à grande expressão do movimento estudantil, sindical e popular. Em sentido estrito, as condições de produção do discurso feminista remetem às publicações dos primeiros jornais brasileiros que se autodenominavam feministas como expressão de coletivos de mulheres com ligação a partidos e forças políticas de esquerda.

Não como contexto histórico de pano de fundo para o processo discursivo ou ainda como conjuntura política na qual são produzidos os discursos, “a história para a Análise do Discurso é relação de forças, é produção de memória resultante do confronto e gerenciamento dos sentidos produzidos em uma dada época, em uma dada formação social.” (Mariani, 1998, p.114)

O feminismo brasileiro na década de 1970, através da língua, produz sentidos em permanente confronto com outros sentidos em circulação na sociedade, e assim constitui um imaginário próprio à formação social na qual está inscrito.

O feminismo e a imprensa feminista no Brasil

Nas décadas de 1960 e 1970, o feminismo eclode nos Estados Unidos e na Europa estreitamente relacionado a uma efervescência política e cultural mais ampla. Nos Estados Unidos, vivia-se o fim do sonho americano de que havia um lugar certo naquela sociedade para cada um atingir a felicidade. Na Europa, por sua vez, era chegada a decepção da descoberta dos crimes stalinistas. Combatiam-se “os cânones tanto da defesa do capitalismo norte-americano como do sonho socialista europeu”. (PINTO, 2003, p.42)

No Brasil, na década de 1960 e, mais intensamente na década de 1970, as mulheres tomavam contato com o ideário feminista internacional. O contexto da ditadura militar instaurada no país, por sua vez, marcou especificidades no feminismo brasileiro, como demonstrou ampla bibliografia sobre o assunto.

Parte das mulheres desta geração passou a viver em um país em que a modernização decorrente do “milagre econômico” parecia incluí-las, com seu maior acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Neste contexto, estavam conquistas sociais como o controle reprodutivo e a abertura sexual, simbolizados pelas pílulas anticoncepcionais e pela contracultura.

Iniciado entre as camadas médias, o feminismo brasileiro expandiu-se através de uma articulação política peculiar com os movimentos populares que tinham participação expressiva de mulheres, tornando as demandas femininas das organizações de bairro próprias do movimento geral das mulheres brasileiras.(SARTI, 2004) Em outras palavras, o feminismo participava da organização do movimento de mulheres, hegemônico pela esquerda e com diversas vertentes, que não definiam-se todas pela pauta feminista. Desta forma, “as feministas brasileiras, sem abdicar das especificidades de suas bandeiras de luta enquanto mulheres, souberam traçar políticas de alianças com outras forças opositoras no processo de luta por ‘liberdades democráticas’” (MORAES, 1996, p.2) A Igreja Católica era uma das forças organizadoras do movimento popular, com a qual o feminismo manteve relações de enfrentamento, amortecidas pela compreensão mútua de que todos lutavam contra a ditadura militar.

A expressão maior do movimento feminista a partir de meados da década de 1970 teria origem no decreto da ONU que instituiu 1975 como o Ano Internacional da Mulher, impondo reconhecimento ao tema e criando uma fachada oficial para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da clandestinidade. Estava aberto o espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir publicamente, como foi o caso do “Brasil Mulher” e do “Nós Mulheres”.(SARTI, 2004) As aparições públicas do movimento eram maiores também devido a uma evidente diminuição da repressão do regime militar brasileiro em comparação aos anos Médici – famosos por seu slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o” e pela violência contra os que se opunham ao regime (PINTO, 2002).

Neste período, são publicados os primeiros jornais nacionais que se autodenominavam feministas, eram dirigidos às mulheres e feitos por mulheres. Estes jornais eram parte dos 150 periódicos da imprensa democrática e alternativa existente durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil (entre 1964 e 1980) e tinham como traço comum a oposição ao regime militar em contraste com a complacência dos *jornais de referência*² com a ditadura. Por conta de seu caráter contestatário, os jornais alternativos estavam sob a mira do

²*Jornal de referência* é um termo empregado por Mariani (1998). Constituem propriedades deste discurso jornalístico “sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, (...) sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes” e “o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade” (p.63)

aparelho militar, que os distinguiu dos demais, perseguindo-os e submetendo parte deles a um processo de censura prévia. (KUCINSKI, 2003)

Os jornais feministas, apesar de vendidos em bancas, tinham sua venda mais significativa de mão em mão, em eventos da militância política. Tinham formato tablóide, tiragem irregular e circulação restrita. (LEITE, 2003)

Constituem o *corpus discursivo* desta pesquisa enunciados dos jornais “Brasil Mulher” (1975-1980) e “Nós Mulheres” (1976-1978) - considerados parte da imprensa designada democrática e alternativa. O foco das análises é o conjunto dos editoriais. As edições destes jornais encontram-se disponíveis para pesquisas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL - UNICAMP).

O jornal “Brasil Mulher” foi fundado em 1975, em Londrina (PR), e era publicado pela Associação Brasil Mulher, que no decorrer dos anos desdobrou-se pelo país. Em sua sexta edição mudou-se para São Paulo, para preservar a integridade da principal jornalista envolvida, que estava sendo perseguida pela polícia. A princípio, era editado bimestralmente, com 16 páginas em preto-e-branco e ilustrado com fotos. Teve 16 edições regulares e mais 4 denominadas “extra”, com tiragem de 5 mil a 10 mil exemplares e circulação nacional. Suas vendas ocorriam em livrarias, bancas e comércios em geral, além da venda por assinaturas. Havia entre 8 a 30 mulheres envolvidas no coletivo de produção do jornal. Durante os anos de publicação, o conselho e a linha editoriais do “Brasil Mulher” passaram por diversas mudanças, por conta de disputas internas e políticas do jornal. O jornal traz o debate da relação entre o feminismo e a militância de esquerda. (CARDOSO, 2004)

O jornal “Nós Mulheres”, por sua vez, era publicado pela Associação de Mulheres, em São Paulo, e teve 8 edições, em circulação entre os anos de 1976 e 1978. Não divulgava sua tiragem. Seu conselho editorial era composto por cerca de 20 mulheres militantes que voltaram ao Brasil em 1976, antes da Anistia, com a decisão de editar um jornal feminista, de oposição e que divulgasse as lutas sociais das mulheres. O coletivo buscava estruturar-se de forma autônoma e não-hierárquica – uma busca em constituir uma organização que diferisse das demais existentes na sociedade, que oprimiam as mulheres. Foi o primeiro jornal brasileiro a se autodenominar feminista. (MORAES, 1990)

Sobre a origem das integrantes dos jornais feministas, Leite (2003) afirma que “as feministas militantes do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* eram majoritariamente oriundas da esquerda, muitas das quais com passagem pela experiência da militância clandestina, da prisão, da tortura e/ou exílio” (p.2) Apesar de não ser foco deste trabalho, vale apontar que os dois jornais tinham diferenças em sua concepção sobre o feminismo.

Jornais feministas: um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres

Este trabalho assume a tese de que a imprensa feminista é fundamental no processo de construção de sentidos do feminismo no Brasil. Para além de refletir o projeto do movimento feminista, pelo papel que os jornais cumpriam como divulgadores, formadores e organizadores do feminismo no Brasil, pode-se afirmar que a construção do discurso feminista nestes jornais é fundamental na constituição do discurso feminista brasileiro. Esta tese motivou a escolha dos enunciados da imprensa feminista para a constituição do *corpus* desta pesquisa.

Os jornais feministas colocam-se como parte de um processo de construção de um lugar de enunciação público e político das mulheres. Considerando-se que historicamente a mulher foi identificada com o espaço privado e este espaço foi subordinado ao espaço público, ocupado majoritariamente por homens, a construção de um lugar de enunciação público e, pelo exposto, legítimo, intervém na relação de forças entre sentidos na sociedade. Nos processos discursivos, passa a ser possível para os interlocutores a projeção do lugar social da feminista enquanto posição, enquanto *formação imaginária*. (PÊCHEUX, 1969) Para parte das mulheres, passa a ser possível atribuir a si mesma e a outras a imagem de feminista.

Este lugar de enunciação torna politizado e dizível publicamente o não-dizível até aquele momento. As barreiras do público e do privado são questionadas por este dizer, que rompe e inova diante dos outros dizeres do político que circulavam na sociedade na década de 1970. Araújo (2000) discorre sobre esse ponto:

se um dos caminhos da política alternativa era buscar unir o público e o privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; levar em conta e politizar emoções, sentimentos e relações pessoais e laços familiares; dar importância à transformação do cotidiano e às questões domésticas do dia-a-dia; falar de amor e sexo, de dor e frustração, de alegria e esperanças individuais, valorizando as experiências pessoais, o vivido e a troca dessas experiências – o movimento feminista e sua imprensa são os melhores exemplos desta concepção de política (p.160)

Denúncia

Correndo risco de silenciamento por interdição do regime militar e por outros mecanismos históricos que relegaram, por muitas vezes, o dizer das mulheres ao espaço privado ou circunscreveram-no a determinados espaços públicos, um dos aspectos de constituição do discurso feminista é a denúncia.

Dentro de uma prática discursiva mais ampla, pode-se estabelecer uma relação entre as condições de produção do discurso feminista e o gesto de denunciar. Denuncia-se a opressão da mulher, as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade e também a falta de liberdade política em que se vivia em um contexto de ditadura militar.

Para uma reflexão acerca da denúncia, parte-se das considerações feitas por Payer (2006), em ocasião de seu estudo sobre a escrita acadêmica. A denúncia é tomada como discurso em suas formas de enunciação e deve ser compreendida, no interior de práticas de linguagem, pelo gesto de denunciar, o sujeito que denuncia, sua relação com a verdade e com o outro, o leitor. A denúncia constitui na e pela linguagem um *sujeito determinado e firme*, que enuncia com base em *efeitos de certeza* uma *verdade* a ser sustentada a todo custo. Sobre este tema, a autora afirma que:

quanto mais se apresentam formas determinativas no dizer; quanto mais se prendem os sentidos na constituição de um sujeito determinado, menos fissuras se encontram no dizer; mais se produz o efeito de delimitação e fechamento, de saturação dos sentidos e, portanto, de adesão do sujeito enunciador àquilo que ele tem (enuncia) como verdade. (p.60)

Em seguida, ao observar estas relações, discerne o modo incisivo da *denúncia* de um dizer mais *sugestivo*, como *proposição* ou *indicação de sentidos possíveis*, em um convite ao interlocutor a uma relação com o saber que ultrapassa uma dependência à verdade enunciada e alcança um engajamento na formulação e constituição do enunciado como verdade. Apesar da distinção entre denúncia e sugestão, Payer (2006) ressalva que as duas formas enunciativas não se exercem categoricamente separadas na prática discursiva.

A denúncia, enquanto gesto de linguagem, suporia os seguintes elementos:

a) um sujeito que enuncia, e que é detentor de um saber não conhecido por outros. b) um objeto de referência discursivo, que não era conhecido e passa a ser. c) um interlocutor representado em uma posição de autoridade capaz de executar uma ação subsequente à denúncia, em relação ao objeto discursivo em questão. (*op. cit.*, p.64)

Ao se considerar o funcionamento da memória como uma dimensão própria da função enunciativa, é possível compreender o funcionamento da denúncia na relação de suas estruturas lingüísticas que afirmam um enunciado (uma verdade) com outros enunciados, com outras verdades que ficam em um espaço vazio, funcionando como interdiscurso.

A rejeição de que o conteúdo da denúncia ocupe o lugar de verdade leva ao aparecimento de outras enunciações onde se encontra a verdade (d)enunciada. “(...) na enunciação que denuncia produz-se uma espécie de *intervalo* entre aquilo que *se afirma como verdade no enunciado*, e aquilo que *se reafirma*

discursivamente na prática da linguagem, como um horizonte possível no real do discurso”. (PAYER, 2006, p.66, grifos da autora). Aciona-se, deste modo, a imagem do sujeito interlocutor como em posição de tomar providências diante da verdade (d)enunciada. A este interlocutor caberia intervir para tornar outra enunciação possível no lugar da afirmação presente.

As noções de identificação, subjetivação e reduplicação de Pêcheux (1988) contribuem para a compreensão do funcionamento da denúncia. A partir dessas noções, pode-se supor que a denúncia funciona como dispositivo de identificação/subjetivação do enunciador, quando ocorre a identificação do indivíduo *sempre-já-sujeito* com a formação discursiva que o constitui.

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (Pêcheux, 1988, p.163)

O autor continua sua reflexão sobre as formas de identificação do sujeito, em que busca relacionar a teoria das ideologias com a psicanálise. “A identificação do sujeito consigo mesmo é – como dissemos –, simultaneamente, uma identificação com o outro.” (p.167) A marca do inconsciente enquanto discurso do Outro faz com que todo sujeito tome posição, se torne responsável por seus atos. A tomada de posição não é concebível com sua origem no sujeito e sim como “efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é o efeito da ‘exterioridade’ do real-ideológico discursivo, na medida em que ela ‘se volta sobre si mesma’ para atravessar”. (p.172) É neste sentido de tomada de posição e denúncia que é analisado o funcionamento dos jornais feministas, explorando os processos discursivos que configuram um nós inclusivo como lugar de enunciação que permite processos de subjetivação na resistência para as mulheres identificadas com essa posição.

Denúncia e regularidades no discurso feminista

A partir da noção de denúncia enquanto discurso em suas formas de enunciação e enquanto dispositivo de identificação, são feitas análises sobre enunciados retirados dos jornais “Nós Mulheres” (NM) e “Brasil Mulher” (BM). Estas análises consideram elementos das condições de produção do discurso feminista e se valem de outras noções e conceitos da Análise do Discurso.

Nos editoriais da primeira edição do jornal “Nós Mulheres” (junho de 1976) e do jornal “Brasil Mulher” (outubro de 1975), lêem-se os seguintes enunciados:

- (i) Nós Mulheres somos oprimidas porque somos mulheres. (*NM, n.1, junho, 1976*)
- (ii) Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. (*BM, n.0, outubro, 1975*)

Se em (i) a verdade enunciada é a opressão das mulheres pelo fato de serem o que são, o horizonte possível no real do discurso, e que não é enunciado, seria o fim da opressão das mulheres. Em (ii), a verdade dos problemas comuns a todas as mulheres do mundo tem como horizonte possível a resolução de tais problemas. A construção do interlocutor discursivo (a projeção imaginária do interlocutor) é da mulher que compartilha da situação de opressão.

Sobre a relação entre o real e o imaginário nas revoluções, Pêcheux (1990) afirma que o discurso revolucionário socialista

consiste em denunciar a sociedade, tornando visível o seu “irrealizado”; ele se encarrega de reunir, de convencer, organizar e politizar o proletariado, tornando-o visível *para si mesmo*, de sorte que, novo sujeito da História, este se lance à “luta final”: o mundo vai mudar de base (p.12)

A partir do dispositivo de identificação da denúncia, o discurso feminista torna visível às mulheres o sujeito *mulheres militantes feministas*. O *nós exclusivo* (feministas editoras dos jornais) através da denúncia convida as mulheres à constituição de um coletivo de luta. A ação política coletiva do *nós mulheres militantes feministas* pode, então, transformar o irrealizado ou não-realizável social e político.

O *nós* enunciadador, portanto, não se exclui da ação política que pode levar à realização do não realizado em lugar da verdade da opressão e dos problemas comuns a todas as mulheres. Não só o interlocutor imaginário está em posição de tomar providência diante da verdade (d)enunciada, quanto o próprio sujeito que denuncia. Trata-se da constituição do *nós inclusivo* (feministas editoras dos jornais e mulheres identificadas com o feminismo), que se torna potente na medida em que seu interlocutor identifica-se ativamente com o *nós*.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. (2000) *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CARDOSO, Elisabeth da P. (2004) *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. São Paulo: Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

- KUCINSKI, Bernardo. (2003) *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2ed. rev. e amp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. (2003) “Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista no Brasil”. In: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1.
- MARIANI, Bethania. (1998) *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Ed. UNICAMP.
- MORAES, M. L.Q. (1996) *Marxismo e feminismo no Brasil*. Campinas, Ed. do IFCH-UNICAMP.
- _____. (1990) *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: Ed. UNESP.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (2002) *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PAYER, M. Onice. (2006) “Escrever, (d)enunciar a verdade, sugerir sentidos”. In: Mariani (org.) *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise*. São Carlos: Editora Claraluz. p.59-70
- PÊCHEUX & FUCHS (1975). “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”. In: Gadet e Hak (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p.163-252
- PÊCHEUX, Michel (1969) “Por uma análise automática do discurso”. In: Gadet e Hak (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1997. p.61-162
- _____. (1982) “Delimitações, inversões e deslocamentos”. Trad. José Horta Nunes. In: *Caderno de Estudos Linguísticos 19 – O discurso e suas análises*. Org. Eni Pulcinelli Orlandi e João Wanderley Geraldi. Campinas, 1990.
- _____. (1988) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi... et al. Campinas: Editora da Unicamp.
- PINTO, Celi Regina Jardim. (2003) *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, SP: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- SARTI, Cyntia (2004). “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. In: *Revista de Estudos Feministas*, maio-agosto, ano/vol.12, numero2. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. pp.35-50